



IMIGRAÇÃO

Brasil vira local seguro para venezuelanos

Fugindo da pobreza e do regime autoritário, moradores do país vizinho ingressam em solo nacional e procuram assistência

» IAGO MAC CORD*

NELSON ALMEIDA



Ao ingressar no Brasil via cidade de Pacaraima, venezuelanos são recebidos pela Operação Acolhida, onde conseguem atendimento social.

O congelamento de repasses de recursos para ajuda humanitária ao Brasil, decretado pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump, no dia 27 de janeiro, se manterá até o dia 27 de abril (90 dias, no total), afetando diretamente programas de ajuda humanitária a refugiados e imigrantes no Brasil que têm parcerias fundamentais com agências da ONU (Organização das Nações Unidas).

Com isso, milhares de latino-americanos que buscam refúgio em território brasileiro serão afetados, especialmente aqueles vindos da Venezuela, amparados pela Operação Acolhida, com enfoque principal nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, ambas em Roraima. Desde 2018, a operação é uma resposta humanitária do governo federal às demandas de refugiados e migrantes que atravessam a fronteira venezuelana — que buscam fugir do regime autoritário de Nicolás Maduro —, ajudando-os com a regularização da migração e com o fornecimento de assistência humanitária.

A operação funciona em três eixos: ordenamento de fronteiras — imigrantes chegam ao posto de triagem e acessam os trâmites para regularização migratória —, acolhimento em abrigos emergenciais de gestão federal — coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através do Acordo de Cooperação Técnica com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR Brasil) — e interiorização, onde eles têm a opção de irem para diversos municípios brasileiros em busca de novas oportunidades e inclusão socioeconômica.

Os dados mais recentes — de novembro e dezembro de 2024 — do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) mostram que, atualmente, 354.709 venezuelanos (153.343 famílias) estão inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) — ferramenta que

promove a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade em políticas públicas federais, estaduais, distritais e municipais.

Do total, 218.777 estão contemplados pelo programa Bolsa Família (85.135 famílias) e 14.387 são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), programa que fornece um salário-mínimo mensal a idosos a partir de 65 anos ou pessoas com deficiência de qualquer idade.

O MDS informou ao **Correio** que, desde 2018, mais de 144,5 mil venezuelanos foram interiorizados para 1.072 municípios e explicou que a inserção dessas pessoas se dá por meio da articulação de diversas políticas públicas.

“A Secretaria Nacional de Assistência Social realiza repasses financeiros diretos para os estados e municípios na modalidade Fundo a Fundo. Até o momento, foram destinados mais de R\$98,2 milhões para fortalecer o atendimento a migrantes e refugiados”, completou a pasta.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM) é o braço da ONU que mais será afetado pelo fim do financiamento estadunidense. Estima-se que o país norte-americano seja responsável por 60% do orçamento da organização. Dessa forma, a Operação Acolhida — que recebe um investimento mensal de US\$ 5 milhões da OIM — foi diretamente afetada.

Em nota enviada ao **Correio**, a OIM se limitou a informar que estão cientes da decisão de Trump e que estão cumprindo com todas as decisões legais, da mesma maneira que fazem com todas as diretrizes de seus Estados-membros. “Como um dos membros fundadores da OIM, os EUA têm sido um parceiro fundamental, e trabalhamos com todas as administrações desde a nossa fundação. Continuamos comprometidos com o diálogo construtivo com as lideranças dos EUA e do Brasil para destacar os benefícios mútuos da

colaboração”, completou.

No início desta semana, a organização informou o governo brasileiro de que havia conseguido recursos junto ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, sigla em inglês) e a entes privados para compensar o corte de investimento do governo estadunidense. Por conta disso, a força-tarefa da OIM retornou à fronteira entre Brasil e Venezuela para continuar prestando apoio à Operação Acolhida.

Junto, a ACNUR Brasil explicou que a agência tomou nota da decisão dos EUA e entende que algumas exceções serão feitas, mas dizem não ter informações específicas ainda.

Nova oportunidade

Entre os venezuelanos que vieram buscar uma melhora na qualidade de vida no Brasil, está Kiria Flores, supervisora de operações bilíngue na Foundever, empresa que contrata refugiados em suas

operações de contact center. Kiria é moradora do Brasil desde 2019. Ela vivia na fronteira e era a responsável por mandar medicamentos para a cidade em que nasceu, até que o dinheiro não era mais o suficiente para se manter e ajudar a família, então precisou buscar outras opções.

“Eu consegui sair em 2019. Fui para Pacaraima, para ser mais específica. Aí, tive que sair por terra primeiro. A fronteira ainda estava aberta. Tive a sorte de que, nesse momento, a fronteira estava liberada e consegui passar bem para Boa Vista. Fiquei mais ou menos duas semanas em Boa Vista e logo peguei um voo para o Rio de Janeiro”, conta.

Ela relata que o seu maior obstáculo foi aprender o português e que conseguiu um emprego de barman em Petrópolis. “E, como falamos aqui no Brasil, né? A gente aprende ‘na marra’, porque era um momento de ‘ou aprende, ou aprende’, pois eu trabalhava com o público e precisava entender o

que o público me falava e o que eu fazia, né? Além disso, eles escutavam meu sotaque e queriam saber de onde eu vinha, qual era a minha história. Então, era importante aprender o idioma”, comenta.

Mas, mesmo assim, a atual supervisora de operações bilíngue não deixa de demonstrar sua tristeza.

“Falando politicamente, a gente nunca gosta de tocar nesses temas, de aprofundar, sabe? Mas eu acho que é necessário. Cada dia a situação está mais crítica. O dinheiro, o salário de um venezuelano, não dá para comer, vestir e comprar medicamentos ao mesmo tempo. Você tem que escolher: ou é medicamento, ou é comprar roupa, ou é comprar comida”, lamenta.

Crise na Venezuela

A crise venezuelana é marcada pela hiperinflação, escassez de alimentos e de medicamentos, instabilidade política e violação dos direitos humanos, como explica a doutora em relações internacionais Talita Ferminian. Isso leva os locais a deixarem o país em busca de melhores condições de vida e, para ela, “enquanto a crise na Venezuela persistir, não tem como segurar a imigração”.

O sociólogo e coordenador adjunto do Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp), Luís Felipe Aires Magalhães, explica que a extrema pobreza atingia 12,9% dos venezuelanos em 2019. Após 5 anos, em 2024, passou para 50,5%.

“Na Venezuela, temos uma migração de crise por conta da desestruturação econômica, social e política, resultado, em parte, de uma má condição política no país e, em outra parte, pela imposição de embargos comerciais, econômicos e financeiros, especialmente pelos Estados Unidos”, disse.

*Estagiário sob a supervisão de Renato Souza

>> DEUNO www.correio braziliense.com.br

Risco ambiental no Rio de Janeiro

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) — órgão vinculado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro — foi acionado para atuar no combate aos danos ambientais que podem ser provocados devido ao incêndio de uma fábrica de óleos e lubrificantes localizada na Ilha do Governador. O desastre ocorreu no último sábado (8/2) e, de acordo com a empresa responsável, a Moove, não houve feridos, pois a fábrica estava fechada. De acordo com o Inea, o incêndio ocorrido neste fim de semana traz um risco considerável de vazamento de óleo na Guanabara, visto que o local fica localizado na margem da baía. Diante disso, o governo ativou um plano de estratégia voltada para o controle e mitigação de danos ambientais no local. “Além disso, o órgão irá apurar as causas e respostas da empresa ao incêndio e aplicará as sanções cabíveis”, informa o estado, em nota divulgada neste domingo (9/2).

Chuvras deixam 2 mil desabrigados no PR

As chuvas que atingem o Paraná desde a noite de sexta-feira, 7, afetaram direta ou indiretamente mais de 2 mil pessoas, segundo a Defesa Civil do Estado. Uma pessoa morreu e outra está desaparecida. As cidades mais atingidas são Paranaguá, Antonino, Morretes e Guaratuba. De acordo com a Defesa Civil do Estado, em algumas localidades, as chuvas passaram de 150 mm ao dia. Os danos ainda estão sendo contabilizados. A vítima fatal foi encontrada em uma área de difícil acesso em Limeira, no município de Guaratuba.



PF implode minas de garimpo ilegal

A Operação Mineração Obscura 2 da Polícia Federal (PF) implodiu quatro minas subterrâneas de garimpo ilegal no interior do Amazonas. Durante a ação, os agentes resgataram trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão e de perigo. A operação ocorreu entre os dias 31 de janeiro e 3 de fevereiro, em Maués (AM) e foi uma ação conjunta da PF com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e outros órgãos.

Índigenas em condições de escravidão no RS

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgatou, na última sexta-feira (7/2), 18 indígenas Kaingang que trabalhavam em condições análogas à escravidão no município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. Moradores da reserva indígena localizada em Benjamin Constant do Sul, também no estado sulista, os homens e mulheres foram contratados para colheita de uva, conforme informações do órgão público, mas foram enganados e dispensados. A Assistência Social de Bento Gonçalves procurou o MTE logo depois que dez trabalhadores buscaram acolhimento após serem dispensados e despejados do alojamento em que viviam sem receber os pagamentos que deveriam.